

Redes

**Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPPG
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - PPGDR
Centro de Pesquisas em Desenvolvimento Regional - CEPEDER**

COMISSÃO DE EDITORES

Prof. Dr. Silvio Cezar Arend
Prof^a Dr^a Virginia Elisabeta Etges

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Clélio Campolina Diniz (UFMG - MG - Brasil)
Prof. Dr. José Cadima Ribeiro (Universidade do Minho - Portugal)
Prof. Dr. Jorge Luiz Alves Natal (UFRJ - RJ - Brasil)
Prof. Dr. Jose Antonio Fialho Alonso (FEE - RS - Brasil)
Prof. Dr. José Eduardo Faria (USP - SP - Brasil)
Prof. Dr. Luiz Felipe Nascimento (UFRGS - RS - Brasil)
Prof. Dr. Martin Coy (Universidade de Insbruck - Áustria)
Prof. Dr. Sérgio Boisier (Consultor Internacional - Santiago do Chile - Chile)
Prof. Dr. Sérgio Cotê (Universidade de Quebec/Rimouski-UQAR - Canadá)
Prof^a Dr^a Martina Neuburger (Universidade de Tübingen - Alemanha)
Prof^a Dr^a Marta Teresa da Silva Arretche (USP- SP - Brasil)

INDEXAÇÃO: GeoDados. INDEXADOR de Geografia e Ciências Sociais da Fundação Universidade Estadual de Maringá, Paraná, Brasil.

Latindex - Sistema Regional de Información para las Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal.
Sumários.org

* CEPEDER - Centro de Pesquisas em Desenvolvimento Regional.
Editora Assistente: Grasiela da Conceição
E-mail: revistaredes@unisc.br



Reitor
Vilmar Thomé
Vice-Reitor
Eltor Breunig
Pró-Reitora de Graduação
Carmen Lúcia de Lima Helfer
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação
Rogério Leandro Lima da Silveira
Pró-Reitora de Extensão e Relações Comunitárias
Ana Luisa Teixeira de Menezes
Pró-Reitor de Administração
Jaime Laufer
Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
João Pedro Schmidt

EDITORA DA UNISC
Editora
Helga Haas

R314 Redes [recurso eletrônico] / Universidade de Santa Cruz do Sul, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Centro de Pesquisas em Desenvolvimento Regional. - Vol. 1, n. 1 (jul. 1996)-. - Dados eletrônicos. - Santa Cruz do Sul : EDUNISC, 1996-.

Modo de acesso: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/redes>>
Quadrimestral
ISSN 1982-6745

1. Comunidade – Desenvolvimento. 2. Desenvolvimento rural. 3. Economia regional. I. Universidade de Santa Cruz do Sul. Centro de Pesquisas em Desenvolvimento Regional. II. Universidade de Santa Cruz do Sul. Programa de Pós - Graduação em Desenvolvimento Regional.

CDD : 307.121605
CDU : 378.2(816.52)

Catálogo na fonte elaborada pela Bibliotecária
Jorcenita Alves Vieira CRB – 10/1319

EDUNISC

Av. Independência, 2293
Telefones: (51) 3717-7461 e (51) 3717-7462
E-mail: editora@unisc.br
96815-900 - Santa Cruz do Sul – RS

Sumário/Summary

POPULAÇÃO E OCUPAÇÃO DO ESPAÇO: O PAPEL DAS MIGRAÇÕES NO BRASIL

POPULATION AND OCCUPANCY OF SPACE: THE ROLE OF MIGRATION IN BRAZIL

Sylvain Souchaud

Wilson Fusco

CONCENTRAÇÃO GEOGRÁFICA DAS ATIVIDADES DE SERVIÇO NO BRASIL

GEOGRAPHIC CONCENTRATION OF SERVICE ACTIVITIES IN BRAZIL

Félix Hugo Agüero Díaz León

José Carlos Thomaz

Dimária Silva e Meirelles

PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS E ESTRUTURA INSTITUCIONAL DA GESTÃO URBANA EM PALMAS (TO)

SOCIAL AND ENVIRONMENTAL PROBLEMS AND INSTITUTIONAL ASPECTS OF URBAN MANAGEMENT IN PALMAS (TO)

Gustavo Muller Gonçalves Moura

Fernando Negret Fernandez

PEQUENAS CIDADES DO ESTUÁRIO DO RIO AMAZONAS: FLUXO ECONÔMICO, CRESCIMENTO URBANO E AS NOVAS VELHAS URBANIDADES DA PEQUENA CIDADE DE PONTA DE PEDRAS

SMALL CITIES OF THE ESTUARINE REGION OF AMAZON RIVER: ECONOMIC FLOW, URBAN GROWTH AND NEW OLD URBANITIES OF PONTA DE PEDRAS

Sandra Maria Fonseca da Costa

Gustavo R. M. Montoia

Jobair A. Rangel

Viviana M. Lima

Pedro Issa

UM DISCURSO QUE SE REFAZ: APAGAMENTOS DA MEMÓRIA E POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL NA CIDADE DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (SP)

A DISCOURSE THAT REDO: DELETIONS IN THE NATURAL RESOURCES IN THE CITY OF SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, BRAZIL

Nadia C. Del Monte Kojio

Antonio Carlos Machado Guimarães

Maria Aparecida Papali

Valéria Zanetti

Maria Tereza Dejuste de Paula

ORDENAMENTO TERRITORIAL E PLANOS URBANÍSTICOS: O EQUILÍBRIO TERRITORIAL COMO ÉTICA

LAND USE PLANNING AND URBAN PLANS: TERRITORIAL BALANCE AS ETHICS

Eunice Helena S. Abascal

Carlos Abascal Bilbao

BASES TEÓRICAS DA ABORDAGEM DE DIVERSIFICAÇÃO DOS MEIOS DE VIDA

THE THEORETICAL APPROACH OF LIVELIHOODS DIVERSIFICATION

Miguel Angelo Perondi

Sérgio Schneider

CONSIDERAÇÕES SOBRE A CIDADE, A POLARIZAÇÃO E A PRODUÇÃO DOS ESPAÇOS DE CONSUMO: O CASO DE MARINGÁ (PR)

CONSIDERATIONS ABOUT THE CITY, THE PROCESS OF POLARIZATION AND THE PRODUCTION OF THE CONSUMPTION SPACES: THE MARINGÁ – PR CASE

Márcio Roberto Ghizzo

Márcio Mendes Rocha

CATEGORIAS DE INFORMAÇÕES EVIDENCIADAS NOS RELATÓRIOS ANUAIS

THE CATEGORIES OF DISCLOSURE INFORMATION IN THE ANNUAL REPORTS

Vanderléia dos Santos Silva

Clea Beatriz Macagnan

GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS: UM ESTUDO EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

URBAN SOLID WASTE MANAGEMENT: A STUDY IN THE CITIES OF RIO GRANDE DO SUL STATE

Jordana Marques Kneipp

Luciana Aparecida Barbieri da Rosa

Ana Paula Perlin

Clandia Maffini Gom

Luiza Serro Degrand

DINÂMICAS DE INTERFACE SOCIAL E INTERVENÇÃO PÚBLICA: O CASO DA EXTENSÃO RURAL DO RIO GRANDE DO SUL

DYNAMICS OF SOCIAL INTERFACE AND PUBLIC INTERVENTION: THE CASE OF THE RURAL EXTENSION OF RIO GRANDE DO SUL

Cidonea Machado Deponti

Jalcione Pereira de Almeida

AGRONEGÓCIO E AGRICULTURA FAMILIAR: REFLEXÕES SOBRE SISTEMAS PRODUTIVOS DO ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO

AGRIBUSINESS AND FAMILY FARMING: REFLECTIONS ON THE PRODUCTIVE SYSTEMS OF THE BRAZILIAN AGRARIAN AREA

Erica Karnopp

Victor da Silva Oliveira

TRANSAÇÕES ENTRE SUINOCULTORES E AGROINDÚSTRIAS NO ESTADO DE SANTA CATARINA (BRASIL): UM EXAME DE CONTRATOS SOB ENFOQUE INSTITUCIONAL

TRANSACTIONS BETWEEN PIG FARMS AND AGRO INDUSTRY PORK MEAT IN THE STATE OF SANTA CATARINA (BRAZIL): A STUDY OF CONTRACTS UNDER INSTITUTIONAL APPROACH

Weimar Freire da Rocha Júnior

Christian Luiz da Silva

Maurício Vaz Lobo Bittencourt

Cléverton Michel da Macena

POPULAÇÃO E OCUPAÇÃO DO ESPAÇO: O PAPEL DAS MIGRAÇÕES NO BRASIL

POPULATION AND OCCUPANCY OF SPACE: THE ROLE OF MIGRATION IN BRAZIL

Sylvain Souchaud

Institut de Recherche pour le Développement – IRD – Marseille – França

Wilson Fusco

Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ – PE – Brasil

Resumo: A população brasileira foi fortemente influenciada em sua distribuição espacial, além de sua estrutura por sexo e idade, por importantes aportes de imigrantes internacionais. Esse aspecto da dinâmica demográfica, no entanto, ficou restrito ao passado, pois, após a II Guerra Mundial, com a diminuição das correntes migratórias internacionais e o intenso crescimento vegetativo da população nacional, foram os próprios brasileiros que orquestraram a distribuição populacional no país por meio das migrações internas em períodos mais recentes. Neste artigo, busca-se apresentar um panorama das migrações no Brasil e suas articulações com diferentes contextos, do século XIX até os dias de hoje. Além disso, destaca-se nos últimos anos a retomada da imigração internacional no Brasil, pois voltaram a surgir migrantes vindos do exterior, ainda pouco numerosos, mas que trazem indícios de que possa haver uma retomada do *status* de país de imigração.

Palavras-chave: migração internacional; migração interna; povoamento; distribuição espacial da população; Brasil.

Abstract: The Brazilian population has been heavily influenced in its spatial distribution and age and sex structure by important flows of international immigrants. This aspect of the national population dynamics, however, was restricted to the past, because after World War II, with the decrease of international migration flows and the intense vegetative growth of the national population, it was the Brazilians the main responsible for the population distribution in the country through internal migration in recent periods. This article aims to present an overview of migration in Brazil and their connections to different contexts, from the nineteenth century to the present day. Moreover, it stands out in recent years the resumption of international migration in Brazil, since re-emerged immigrants from abroad, although not numerous, but they bring evidence that the country may be regaining its status as an immigration country.

Keywords: international migration; internal migration; settlement; spatial distribution of population; Brazil.

Introdução

O Brasil já foi reconhecido um país de imigração, mas esse atributo tem um período específico de referência, se levada em conta a importância dos fluxos vindos do exterior em termos numéricos: desde o fim do século XIX até a metade do século XX. Ainda assim, é importante observar as nuances da migração internacional e interna no que se refere aos últimos 60 anos. Isso porque as profundas mudanças que aconteceram na estrutura, composição e distribuição

espacial da população brasileira desde o pós-guerra são quase exclusivamente consequência do crescimento natural e da redistribuição da população, e não mais da entrada de imigrantes internacionais. O crescimento inédito do conjunto de pessoas residentes no país, sob efeito de uma rápida transição demográfica, fez com que a população do Brasil passasse de 53 milhões em 1950 a aproximadamente 190 milhões hoje; ela permitiu uma redistribuição da população nacional para espaços periféricos (graças à progressão das fronteiras agrícolas) ou para espaços consolidados (como os exemplos das grandes cidades da faixa litorânea, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Recife, que se tornaram metrópoles mundiais). É verdade que, em muitos casos, as migrações internas prolongaram o movimento iniciado algumas décadas antes por imigrantes internacionais, mas elas acontecem ao mesmo tempo em que este tipo de imigrante não cessa de diminuir em volume e, sobretudo, em proporção. É nesse contexto que, nos últimos anos, começaram a aparecer novos imigrantes internacionais, ainda pouco numerosos, mas que trazem indícios de que o Brasil esteja retomando sua tradição migratória.

Do século XIX até a década de 1940: a dinâmica da emigração internacional

No século XIX, a dinâmica agrícola e rural do Brasil, alimentada pela imigração europeia, estava baseada em duas correntes migratórias¹. Num primeiro momento, a partir do ano mil oitocentos e vinte, pessoas do norte oriental da Europa desembarcaram no Brasil, onde o governo imperial oferecia terras. Alemães, russos, mas também italianos, além dos portugueses (açorianos em particular), alimentaram uma imigração de povoamento. Ela destinava-se a colonizar os platôs dos estados da Região Sul: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná (PÉBAYLE, 1973 e 1977), e a servir de estratégia nacional para impedir as tentativas de avanço das repúblicas hispânicas vizinhas. Esta imigração ocorreu com sucesso nos estados do sul do país, mas Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, estados da Região Sudeste, também acolheram colônias de pequenos agricultores.

É a abolição da escravatura que iria determinar a evolução da natureza, do volume e da direção do fluxo migratório europeu. Em 1888, o Brasil colocou um ponto final na escravidão legal, depois de adotar medidas restritivas – tais como a interdição progressiva do comércio interno de escravos, em 1850, ou a lei chamada do “Ventre Livre” de 1871, que liberava os recém-nascidos descendentes de escravos –, as quais limitaram o abastecimento e colocaram teoricamente em extinção progressiva a população escrava descendente de africanos. Os proprietários de fazendas de café, na expectativa do esgotamento do trabalho escravo que a Lei de Abolição acarretaria, exerceram pressão sobre o

¹ No século XIX a imigração internacional se concentrava nas regiões Sul e Sudeste, mas era possível identificar núcleos migratórios em outras regiões, em particular na Amazônia Ocidental, onde a extração da borracha teve como consequência o desenvolvimento de uma economia local dinâmica, atraindo migrantes internos (nordestinos) e internacionais (provenientes da Ásia) afeitos a tarefas agrícolas (extrativismo) ou de construção (infraestruturas em particular).

governo imperial para reconsiderar a sua política migratória, a qual deveria atuar em benefício exclusivo dos colonos imigrantes que pretendessem trabalhar nas plantações de café. Assim, as leis e os contratos de migração multiplicaram-se e eram bem-sucedidos, melhorando pouco a pouco as condições de instalação e a situação dos migrantes que se destinavam a trabalhar nas fazendas de café.

Entre 1850 e 1885, o Brasil registrou um lento crescimento das entradas de estrangeiros, passando de alguns milhares para trinta mil ao ano. Mas a partir do fim da década de 1880 a taxa subiu, excedendo cem mil admissões anuais para atingir o volume excepcional de 215.000 entradas em 1891 (KLEIN, 1989). Foi neste momento que o estado de São Paulo tornou-se o principal destino dos migrantes, em detrimento do Rio de Janeiro e de Minas Gerais.

A urbanização do estado de São Paulo, em cuja cidade de mesmo nome concentrava-se o essencial dessa dinâmica, data desse período, embora tenha sido anterior em outros estados, notadamente no Nordeste e mesmo no Sudeste. Ainda que São Paulo existisse desde meados do século XVI, ela tinha apenas 26.040 habitantes em 1872, mas já contava com 240.000 em 1900, um aumento da população em nove vezes no período de vinte e oito anos. A população total do estado também crescia em ritmo constante, passando de 837.000 para 2.282.000 no mesmo período (MONBEIG, 1953). Em 1900, a população conjunta das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo registrava entre um quarto e um terço de imigrantes estrangeiros. O coração político e econômico do Brasil estava sob forte influência da migração. Em 1908, uma nova população imigrante surgia no Brasil: os japoneses. Ambos os governos começaram uma aproximação desde o final século XIX, mas o acordo de imigração foi acelerado em resposta ao termo de proibição de emigração para o Brasil imposto pelo governo italiano em 1902 (SASAKI, 2006).

Nos primeiros anos, a maioria dos japoneses vinha para trabalhar sob contrato nas fazendas de café do Brasil. Então, a partir dos anos de 1920, a migração tornou-se espontânea; o coletivo de imigrantes passou a ser constituído principalmente por pequenos colonos que compravam terrenos diretamente de empresas de colonização controladas pelo capital do governo japonês. Esta migração de colonização - tutelada, pois dirigida diretamente pelo Estado nipônico-, continuou até a entrada do Japão na II Guerra Mundial, em 1941. Entre 1908, marcando o início oficial da imigração japonesa no Brasil, e 1941, 235.000 emigrantes japoneses entraram no Brasil, incluindo 138.000 entre 1924 e 1941 (SAKURAI, 1998). A imigração japonesa tornou-se a segunda em volume, superior a imigração italiana, alemã e espanhola, superada somente pela portuguesa.

A migração interna: fronteiras e frentes pioneiras a partir do século XIX

Ao final da década de 1820, ao mesmo tempo em que o governo imperial atraía imigrantes internacionais com oferta de terras no sul do Brasil, a Amazônia experimentava um crescimento econômico que surgiu predominantemente em função da extração da borracha, o que provocou a chegada de muitos migrantes

na região. A partir de 1839, quando foi descoberta a vulcanização, essa atividade teve um crescimento contínuo e intenso, também em função do aumento do uso dessa matéria-prima em escala mundial, até a década de 1910, quando chegou a representar 40% das exportações brasileiras, em termos de valor, igualando-se ao café. Após o auge da produção em 1912, iniciou-se o declínio da atividade, que teve seu pior momento no final da grande depressão, em 1932 (BENCHIMOL, 1999).

No decorrer desse período de quase 80 anos, a Amazônia recebeu uma grande quantidade de imigrantes nordestinos, procedentes, em sua maioria, das zonas do agreste e do sertão do Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e de outros estados nordestinos. Às vezes expulsos de sua terra natal por causa das secas, fenômeno climático que atinge grande parte do Nordeste de forma crônica, outras vezes atraídos pelas oportunidades resultantes da atividade econômica em expansão, os migrantes do Nordeste chegaram em grande quantidade: 300.000 nordestinos desembarcaram nos portos de Belém e Manaus entre 1877 e 1920. A exploração da borracha teve outro momento de crescimento, entre 1941 e 1945, período em que chegaram a Manaus cerca de 120.000 indivíduos, principalmente nordestinos. Considerando-se o período que vai do início da exploração da borracha (década de 1820) até 1960, as estimativas apontam que aproximadamente 500.000 nordestinos migraram para a Amazônia, representando assim o segundo movimento migratório mais importante da história brasileira, superado somente pela migração do Nordeste para o Sudeste (principalmente para São Paulo), a qual se intensificou a partir da década de 1950. Dessa forma, a busca dos nordestinos pela borracha permitiu a conquista do que veio a se constituir como estado do Acre e deu à Amazônia brasileira seu tamanho continental (BENCHIMOL, 1999). Depois do colapso dessa atividade econômica, muitos voltaram para o Nordeste, enquanto outros se fixaram nos seringais, mantendo uma agricultura de sobrevivência (mandioca, feijão, arroz, milho, cana-de-açúcar).

Com exceção dos estados da Amazônia, os quais receberam imigrantes internos, principalmente oriundos do Nordeste, a migração internacional foi a fonte de crescimento populacional na virada do século XIX e da redistribuição da população para estados do Sul do Brasil, em parte, e para o estado de São Paulo (Região Sudeste), principalmente. Essa característica mudou a partir dos anos de 1940: a migração internacional perdeu a sua intensidade, mas o crescimento da população continuava em ritmo constante. Para medir o vigor da transição demográfica no Brasil², cabe lembrar que no país, em 1872, existiam apenas 10 milhões de pessoas (equivalente à população atual da Bolívia) e em 2010, 138 anos depois, são 190 milhões. No meio do período, em 1940, a população atingiu 41 milhões de indivíduos. Mas, a partir desta data, o Brasil ganhou em cada década grandes volumes de pessoas: pelo menos 10 milhões em 1940 e mais 20 milhões a partir de 1960.

² A taxa de mortalidade era de 29,1 por mil em 1900, e é de 6,3 por mil atualmente. A esperança de vida ao nascer passou de 43 anos em 1930 para 73 anos atualmente. A taxa de fecundidade era de 7,7 filhos por mulher em 1903 e é de 1,9 em 2010 (inferior à taxa de fecundidade da França). A queda da taxa de fecundidade acentua-se a partir do quinquênio de 1975-1980.

A migração interna se intensificou a partir dos anos de 1920³. Ela carregava as sementes da formidável redistribuição populacional que estava por vir. Pierre Monbeig mostrou como essa migração foi fustigada pelas sociedades de recepção, principalmente pela sociedade paulista, que via esses migrantes, sobretudo da Bahia (Região Nordeste) e de Minas Gerais (Região Sudeste), como miseráveis sem raiz e vetores de doenças. O autor também destaca como este recurso de mão de obra foi alegremente alocado antes de faltarem trabalhadores devido ao colapso da imigração internacional, o que poderia colocar em perigo a estabilidade econômica (MONBEIG, 1953a).

Tempos de colonização interna

O enorme crescimento da população brasileira levaria a importantes movimentos internos. Num primeiro momento, os colonos europeus instalados no estado de São Paulo, onde eram pequenos proprietários, arrendatários, colonos parceiros ou empregados das fazendas de café, migraram para o Paraná com o fim de aumentar a superfície de suas explorações ou, simplesmente, para aceder à propriedade. A onda de colonização aumentou efetivamente com a chegada de uma segunda população de migrantes, composta de brasileiros nativos, principalmente do estado de São Paulo, aos quais se juntaram os migrantes vindos de Minas Gerais.

Paralelamente, iniciou-se e aumentou rapidamente a migração de estados do Nordeste, cuja população de origem crescia mais intensamente que no resto do país (pelo alto crescimento vegetativo) e cuja expulsão acelerou-se a partir da grande seca da segunda metade da década de 1950 (BRITO, 2000). Durante quase meio século, por ondas sucessivas com origens geográficas diferentes (a região é composta de nove estados que formam subconjuntos regionais), os nordestinos alimentaram o dinamismo das regiões pioneiras do Brasil inteiro, desde o Paraná (no sul) à Amazônia meridional e oriental (no norte), passando pela Região Centro-Oeste. A eles juntaram-se populações oriundas das regiões Sul e Sudeste.

Durante a década de 1950, o estado sulista do Paraná atraía grandes contingentes de força de trabalho migrante, algo entre 30% e 33% do total de migrantes interestaduais no país. Os migrantes estavam à procura de novas terras. O geógrafo R. Pebayle descreveu detalhadamente a colonização do noroeste do estado do Paraná, orquestrada pela companhia privada de colonização, Companhia de Terras Norte Paraná. Essa companhia inglesa se tornou a maior empresa de colonização do Brasil e sua ação metódica e rigorosa contribuiu

³ É importante precisar que a história do Brasil é marcada por ciclos econômicos que se sucedem em diferentes lugares do território brasileiro e cujo dinamismo baseia-se na reação de uma população móvel que se desloca de uma região para outra em função das oportunidades econômicas emergentes. Essencial na formação do Brasil Colonial e Imperial, a migração interna, logo, não é uma novidade, mas ela se torna massiva a partir dos anos de 1930.

significativamente para a aceleração do povoamento rural e urbano (PEBAYLE, 1978).

Rapidamente, as frentes de colonização se abriram sobre toda a periferia do território, alcançando o Centro-Oeste, que, desde os anos quarenta, atraiu 10% do total de migrantes internos, mas também a Amazônia (em Rondônia e no Pará, principalmente). Os migrantes que vinham espontaneamente ou por meio de programas formais, e que deveriam cultivar as novas terras, também fundaram cidades.

Se o impulso era agrícola, não se deve, entretanto, buscar a correspondente medida de crescimento na população rural. Essa população rural aumentou ligeiramente entre 1940 e 2000, de 28 para 32 milhões; entre 1970 e 2000, ela diminuiu sensivelmente (22%). Os dados nacionais escondem grandes variações regionais. Assim, o crescimento da população rural nos estados que tiveram o *boom* dos pioneiros, ou seja, no oeste do país, foi mascarado pelo grande êxodo rural dos estados do litoral, com povoamento muito mais consolidado. Além disso, a migração pioneira implicou, desde as suas origens, desenvolvimento urbano, cuja parte inicial, face à componente rural, continuava a crescer. A inversão do equilíbrio na população entre as zonas urbanas e rurais foi resultado da modernização do setor agrícola, que limitava a mão de obra necessária e difundia modos de vida urbana: no Centro-Oeste, tornou-se comum o surgimento de áreas colonizadas em que a população inicial era majoritariamente urbana quando a economia era predominantemente agrícola.

Do êxodo rural à desconcentração urbana

A dinâmica da urbanização tem marcado todo o território nos últimos cinquenta anos. Se, por todo o período, o crescimento natural foi alto nas cidades, isso ocorreu devido a um êxodo rural sem precedentes. Estimativas do período entre 1960 e 1990 indicam que 43 milhões de pessoas deixaram o campo (BRITO E CARVALHO, 2006). De 1940 a 2000, a população urbana foi multiplicada por doze, passando de 13 para 138 milhões, enquanto a taxa de urbanização no país explodiu de 31,2% para 81,2%.

A dinâmica urbana se concentrava nas capitais de estado e, principalmente, nas maiores delas. Em 1950, a cidade de São Paulo tinha 2,7 milhões de habitantes, e é agora uma metrópole de quase 20 milhões de pessoas⁴. O êxodo rural e a concentração urbana estavam relacionados com o rápido desenvolvimento da indústria, incentivado por uma política de substituição de importações conduzida pelo Estado. A modernização do campo foi, também, um fator que inverteu os equilíbrios anteriores. A revolução verde ocorreu no Brasil,

⁴ O crescimento da cidade antes da II Guerra Mundial é relacionado com a imigração internacional europeia e a primeira fase de industrialização do primeiro quarto do século XX, puxada pelo dinamismo da economia cafeeira. O crescimento urbano industrial é marcado pelo setor têxtil, energético (eletricidade), construção, transportes (automóvel) (MONBEIG, 1953).

resultando em grande expansão das áreas cultivadas, aumento da produtividade e diminuição da força de trabalho rural, fatores que contribuíram para a formação de mão de obra excedente. Finalmente, não se devem esquecer as profundas mudanças de mentalidade, do comportamento individual e da família. O movimento conjunto do declínio da fecundidade e da urbanização concretizou essa realidade e revelou a evolução e as novas aspirações sociais. A queda da fecundidade, cujo efeito imediato é o da redução do tamanho das famílias, permitiu valorizar seus membros e dar mais atenção a cada um deles (principalmente às crianças). A cidade, entretanto, representa o espaço dos recursos e das oportunidades necessárias (de saúde, educação, habitação, mercado de trabalho diversificado e qualificado) para a realização destas aspirações familiares. Urbanização e transição demográfica, portanto, têm raízes comuns e são resultantes de mudanças profundas nas mentalidades⁵.

Até a década de 1980, quando o ritmo de crescimento urbano começou a cair, foi nas grandes cidades que se concentrou a maior parte deste crescimento. As metrópoles multimilionárias multiplicaram-se⁶: seu crescimento começava nos municípios⁷ centrais e, pouco a pouco, transferia-se aos municípios limítrofes. Uma vez aumentada a população na periferia por espalhamento, observou-se, finalmente, um adensamento da periferia, indicando talvez que o espalhamento tivesse chegado a seu limite espacial.

Posteriormente, os novos dados que envolvem a urbanização e migração interna mostram uma mudança no cenário. É um processo de desconcentração urbana: as cidades médias drenaram uma parte da população metropolitana. George Martine chama isso de "movimento de contrametropolização". Na verdade, este fenômeno pode aliviar o crescimento metropolitano (ainda positivo) pela migração direcionada às cidades próximas. A desconcentração demográfica das áreas metropolitanas era previsível, segundo Martine (MARTINE, 1994). A desconcentração industrial, iniciada desde os anos de 1960, com um lapso de tempo, se traduziu em termos demográficos.

As tendências recentes da migração internacional

O Brasil não é um grande centro de imigração, nem em nível global nem regional. No entanto, algumas evidências sugerem que o país esteja se tornando uma área especial para migrantes da América do Sul.

Em 2000, o Brasil tinha apenas 700.000 imigrantes (nascidos no exterior), representando 0,4% da sua população total (Censo Demográfico IBGE, 2002). Desses, apenas 21% (143.000) eram imigrantes recentes, ou seja, que imigraram

⁵ Retomamos aqui os temas importantes para Philippe Ariès (1993).

⁶ Em 1970, considerando os aglomerados metropolitanos, somente dois, São Paulo e Rio de Janeiro, contavam com mais de 2 milhões de habitantes. Em 2000 chegam ao número de dez (BRITO e SOUZA, 2005).

⁷ O Brasil contava com aproximadamente 5.500 municípios em 2000.

entre 1995 e 2000. Em comparação, o censo da mesma época para a população Argentina indica que nascidos no exterior eram equivalentes a 4,2% da população total; no Paraguai 3,1%, e na Bolívia 1,1% (CELADE, 2006)⁸.

O Brasil não é, à primeira vista, um polo migratório importante. Seria possível, para confrontar esta hipótese, imaginar que a migração estivesse concentrada em determinados locais específicos, por isso perderia o seu peso na escala nacional. Uma análise específica sobre São Paulo é suficiente para derrubar essa suposição, porque a cidade concentra, de fato, 29% do total da população nascida no exterior (e 5% da população nacional), e esses imigrantes representam apenas 1,9% da população do município.

O Brasil não é mais um paraíso para os migrantes internacionais. Essa situação não é nova, pois a imigração foi diminuindo no Brasil durante muitas décadas, em volume e peso. Em 1940, os 1.406.000 de imigrantes representavam 3,4% da população total (IBGE, 2004). Verificou-se que o fluxo migratório internacional, apesar de fortemente reduzido a partir dos anos de 1930, manteve-se modestamente durante alguns anos graças à chegada dos japoneses. A II Guerra Mundial interrompeu a imigração para, em seguida, ser retomada do pós-guerra até o início dos anos de 1960. Esse último movimento deveu-se, em parte, à imigração portuguesa, seguida pelas imigrações italiana e espanhola (KLEIN, 1994). Os perfis dos migrantes mudaram, agora estão mais qualificados e vêm pelos contratos empresariais de curto e médio prazos, que determinam o seu tempo de permanência e a alta taxa de retorno.

Na realidade, apesar da migração ter diminuído muito, os censos não reproduzem essa ruptura e mostram uma lenta diminuição da população de imigrantes⁹. No entanto, a estrutura por idade da população nascida no exterior permite perceber o seu envelhecimento, sinal que o aporte migratório praticamente se esgotou e que a população estrangeira está no Brasil há vários decênios.

A observação das origens geográficas dos imigrantes permite perceber situações contrastantes no que se refere aos latino-americanos, ainda pouco numerosos, mais jovens e instalados há menos tempo que os europeus.

Sabemos que, desde os anos de 1980, a imigração regional, isto é, originária da América Latina e Caribe, tornou-se maioria em comparação com a migração de ultramar (PIZARRO, 2003). No Brasil, essa tendência não ocorreu de forma muito intensa. No entanto, as populações dos países vizinhos estavam cada vez mais presentes no panorama migratório. Num primeiro momento, no curso dos anos de 1970, os imigrantes eram, em sua maioria, supostamente, opositores dos regimes militares da Argentina, Chile e Uruguai que emigram para o Brasil. Em seguida, uma nova onda de imigrantes chegou ao Brasil nos anos noventa. Esta era

⁸ Cabe lembrar que o Brasil somente conta com 0,4% de sua população no exterior; Argentina 1,4%; Paraguai 6,7%; Bolívia 4,1%. Os volumes de população que deram lugar a estes cálculos subenumeram a realidade, mas as comparações permanecem válidas.

⁹ O que é normal se, como é o caso aqui, adotamos uma perspectiva de fluxo e não de volume, definindo o imigrante como uma pessoa nascida no estrangeiro e que tenha declarado sua residência principal no Brasil.

composta por uma população de jovens, ativos e com baixa qualificação, vindos da Bolívia, Paraguai e Peru, que são claramente distintos dos migrantes políticos ou econômicos que vieram da Argentina, Chile e Uruguai, os quais apresentavam níveis de qualificação mais elevados.

Por outro lado, o Brasil começou a fornecer migrantes para outros países, pela primeira vez, de forma expressiva em termos de volume. A partir de 1960 ocorreu uma forte emigração em direção ao Paraguai. Esta migração iniciou-se justamente com o desenvolvimento da modernização agrícola e a progressiva expulsão de mão de obra do meio rural, de maneira que parte importante dela migrou para o Paraguai. O processo de modernização do campo e o esgotamento da fronteira agrícola nos estados meridionais do Brasil (alguns deles fronteiriços com o Paraguai) nos anos de 1960 - 1970 fizeram com que a progressão dessa mesma fronteira agrícola ocorresse, de um lado, pelo Paraguai, e de outro (majoritário), pelo Centro-Oeste e na Amazônia Meridional (principalmente Rondônia e Acre). Os emigrantes brasileiros no Paraguai integraram principalmente os departamentos orientais de baixa densidade populacional desse país. A rápida instalação de uma agricultura, que foi se especializando na cultura intensiva de soja para exportação, gerou a constituição de estruturas territoriais que se juntaram na formação de um novo espaço regional com forte integração entre fronteiras. Logo, simultaneamente à demanda de uma mão de obra agrícola, desenvolveu-se a necessidade de mão de obra especializada em serviços, que alimentou o desenvolvimento de pequenos centros urbanos na área de povoamento. No início da década de 1990, o conjunto de emigrantes no Paraguai era o maior coletivo de brasileiros residentes no exterior. Hoje o fluxo está muito menor, fato refletido na forte migração de retorno, o que indica o possível esgotamento desse movimento migratório. No entanto, a primeira geração de descendentes de imigrantes é um assunto importante, pois se colocam questões sobre sua inserção na sociedade paraguaia na proporção dos fortes impactos sociais e territoriais que a imigração causara (SOUCHAUD, 2007).

A partir da metade da década de 1980 os brasileiros começaram a emigrar para outros destinos, principalmente para os Estados Unidos, Japão e alguns países da Europa, seguindo os padrões comumente verificados em fluxos dessa natureza: predominância de homens mais jovens no início do movimento, atingindo certo equilíbrio entre os sexos com o passar dos anos e, concomitantemente, ampliação nas faixas de idade (SALES, 1999), direcionados às áreas urbanas desses destinos. A população emigrada para os Estados Unidos, a qual constitui o maior volume de emigrados do Brasil desde meados dos anos de 1990, é formada principalmente pela classe média, que trabalhava nos setores de serviços (professores, bancários e comerciários) no Brasil, e que sofre uma queda em termos de hierarquia ocupacional no destino, pois passa a exercer ocupações de baixa qualificação (empregadas domésticas, pedreiros) nesse mesmo destino. Essa queda na hierarquia ocupacional é compensada pela ascensão na capacidade de consumo. Além disso, é importante destacar que essa população se concentra na costa leste dos Estados Unidos, particularmente na região da Nova Inglaterra e no estado da Flórida.

Os emigrantes que escolheram o Japão como destino são, em sua grande maioria, descendentes dos japoneses que emigraram para Brasil até a II Guerra Mundial. Estes migrantes foram recrutados por agências nipônicas para trabalhar em fábricas no Japão, sobretudo no setor automobilístico, principalmente durante os anos de 1990. Tal migração, desejada pelo Japão, caracteriza-se pela legalidade, uma vez que um indivíduo até a quarta geração, ou seu cônjuge, poderia obter o visto de trabalho e residência no país.

O número absoluto de migrantes que constitui o contingente de brasileiros vivendo em diferentes países, assim como a distribuição proporcional dessa população, é algo difícil para se avaliar com a exatidão necessária. Essa dificuldade existe, principalmente, pela constatação de que as instituições ligadas às estatísticas populacionais não captam de forma precisa os migrantes residentes que estejam em situação irregular. É sabido que grande parcela dos migrantes brasileiros não possui a documentação exigida para entrar, permanecer e trabalhar no país de destino. Uma instituição do Governo Federal tem se esforçado para produzir informações atualizadas sobre as comunidades de brasileiros em outros países. Segundo as estimativas dessa instituição, o Ministério das Relações Exteriores, a população de brasileiros em outros países passou de 1,9 milhões em 2001 para 3,1 milhões, aproximadamente, em 2009.

Brasil: um novo polo migratório regional?

Dentro da recente imigração de mão de obra, os bolivianos se diferenciam porque constituem, de longe, o mais importante movimento migratório que o Brasil conheceu por muitas décadas. De acordo com o censo de 2000, os imigrantes bolivianos eram pouco mais de 20.000, número que subestima a realidade, porque eles são provavelmente perto de 100.000 hoje, e é razoável acreditar que eles sejam a segunda maior população imigrante, atrás somente dos portugueses e à frente dos japoneses. Eles estão concentrados na Região Metropolitana de São Paulo e, em menor escala, nas cidades que fazem fronteira com a Bolívia (Corumbá e Guajará-Mirim). Em São Paulo, eles são especializados na confecção, setor que emprega quase um em cada dois (SILVA, 2009; SOUCHAUD, 2010). Deve-se salientar a ambiguidade da situação econômica e social dessa população, inserida num nicho de negócios que fornece aos membros deste grupo um quase pleno emprego, mas socialmente marginalizados por causa dos baixos salários e vulneráveis pela situação de migrantes indocumentados de muitos deles, bem como das condições de vida precárias de habitação (pobre, muitas vezes no próprio local de trabalho). Nas cidades fronteiriças, onde os perfis profissionais são mais diversos, no entanto, há a especialização em comércio, formal e informal (FUSCO e SOUCHAUD, 2009; SOUCHAUD, 2008; SOUCHAUD e BAENINGER, 2008).

A atual onda de imigração, ilustrada pela população boliviana, ressalta a possibilidade de que o Brasil esteja revivendo uma história imigratória, mais ou

menos interrompida entre os anos sessenta e noventa. Isso indica uma mudança histórica mais importante ainda: utilizando-se de uma migração de mão de obra pouco ou não qualificada, oriunda de países pobres, o Brasil encerrou o período de imigração de povoamento, historicamente tão importante, e assumiu o perfil de um país de imigração convencional, onde o imigrante é um componente estrutural de uma economia consolidada e em crescimento.

A atual migração Sul-Sul, que se desenvolve entre o Brasil e alguns vizinhos, ilustra a crescente importância do país no equilíbrio político e econômico da região, em detrimento, principalmente, da Argentina¹⁰.

Considerações finais

Uma evolução importante na dinâmica migratória no Brasil está se construindo. Seja a imigração internacional da primeira metade do século XX ou a migração interna que cresceu em seguida, os movimentos observados da população estão intimamente relacionados a fenômenos territoriais que favoreceram a dinâmica de povoamento. Quer nas margens do território nacional ou em periferias urbanas, as migrações internacionais e internas foram definidas antes como um movimento de redistribuição da população (de fronteira, êxodo rural, mobilidade intraurbana centro/periferia), mas também de integração e produção do espaço (colonização agrária, periferia urbana). Atualmente, a migração mantém impactos territoriais, mas ocorre mais em áreas já consolidadas, com crescimento populacional baixo ou moderado, onde a demanda e a possibilidade de inserção são menos diversificadas. A existência de nichos de atividade cada vez mais exclusivos reflete essa evolução. Em um ambiente territorial menos aberto, em evolução e não mais em construção, migrantes são, então, relativamente menos autônomos. No futuro, poderiam se desenvolver - em uma tentativa de adaptação a esses novos contextos - novas formas de mobilidade ainda não difundidas no Brasil, o que garantiria aos imigrantes o acesso a novos recursos e introduziriam novas formas de organização social e espacial da migração.

Referências

ARIÈS, Philippe. *L'enfant et la rue, de la ville à l'antiville. Essais de mémoire. 1943 - 1983*, Paris, Seuil, 1993, 233-255 p.

BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: formação cultural e social*. Manaus, Editora Valer, 1999, 480 p.

¹⁰ A Argentina, desde várias décadas, é o principal polo migratório regional, especialmente para os bolivianos e paraguaios.

- BERQUÓ, Elza. Evolução demográfica. In: Ignacy Sachs, Jorge Wilhelm, Paulo Sérgio Pinheiro (Eds.). *Brasil, um século de transformações*, São Paulo, Companhia das Letras, 2001, 16-37 p.
- BRITO, Fausto. Brasil, final de século: A transição para um novo padrão migratório? In: Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu, 2000, 1-44 p.
- BRITO, Fausto; CARVALHO, José Alberto Magno de. As migrações internas no Brasil: As novidades sugeridas pelos censos demográficos de 1991 e 2000 e pelas PNADs recentes In: *Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Caxambu, 2006, 1-14 p.
- BRITO, Fausto; SOUZA, Joseanne de. Expansão urbana nas grandes metrópoles: o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza. *Revista São Paulo em Perspectiva*, 19 (4), São Paulo, SEADE, 2005, 48-63 p.
- CELADE. Migración internacional - International migration, Observatorio Demográfico, Santiago de Chile, CEPAL - CELADE, 2006, 205 p.
- FUSCO, Wilson; SOUCHAUD, Sylvain. Uniões exogâmicas dos imigrantes bolivianos na fronteira do Brasil. *Revista Travessia* (22), São Paulo, CEM, 2009, p 32-38.
- IBGE. Censo demográfico 2000 (banco de dados), Rio de Janeiro, FIBGE, 2002.
- _____. Estatísticas do Século XX, Rio de Janeiro, FIBGE, 2004, 543 p.
- KLEIN, Herbert S. A integração dos imigrantes italianos no Brasil, na Argentina e Estados Unidos. *Revista Novos Estudos CEBRAP* (25), São Paulo, 1989.
- _____. A imigração espanhola no Brasil. São Paulo, Editora Sumaré, 1994, 110 p.
- MARTINE, George. A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80. *Texto para discussão* (329), Brasília, IPEA, 1994, 46 p.
- MARTÍNEZ PIZARRO, Jorge. El mapa migratorio de América Latina y el Caribe, mas mujeres y el género. *Revista Población y desarrollo* (44), Santiago de Chile, CELADE, 2003, p. 1-91.
- MOMBEIG, Pierre. La croissance de São Paulo. *Revue de géographie alpine*, 41 (1), 1953a, p. 59-97.
- _____. La croissance de São Paulo (suite et fin). *Revue de géographie alpine*, 41 (2), 1953b, p. 261-309.
- PÉBAYLE, Raymond. Le Brésil méridional, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul. *Problèmes d'Amérique latine*, Paris, la documentation française, 1973, p. 51-66.
- _____. Les gaúchos du Brésil. Eleveurs et agriculteurs du Rio Grande do Sul. Brest, *Travaux et Documents de Géographie Tropicale* (v.31) - CEGET/CNRS, 1977, 531 p.
- _____. De la frange pionnière à l'espace rural aménagé, dans le Nord Ouest du Paraná. In: Raymond Pébayle, Jean Koechlin (Eds.), *Le bassin moyen du Paraná brésilien : l'homme et son milieu*. Bordeaux, 1978, p. 33-75.

SALES, Teresa. Brasileiros longe de casa. São Paulo, Ed. Cortez, 1999, 240 p.

SAKURAI, Célia. A política de tutela e a imigração japonesa no Brasil: etnicidade e nacionalismo, 1908-1941. In: Anais do XXII Encontro anual da ANPOCS, Caxambu, ANPOCS, 1998.

SASAKI, Elisa Massae. A imigração para o Japão. *Revista Estudos Avançados* (57), São Paulo, CEA - USP, 2006, p. 99-117.

SILVA, Carlos Freire da. Bolivianos na indústria de confecções em São Paulo. *Revista Travessia* (22), São Paulo, CEM, 2009, p. 5-11.

SOUCHAUD, Sylvain. Geografía de la migración brasileña en Paraguay. Asunción. UNFPA-ADEPO, 2007, 382 p.

_____. Algumas considerações sobre a migração internacional transfronteiriça a partir do caso da migração boliviana em Corumbá, Mato Grosso do Sul. In: Antônio Carlos do Nascimento Osório, Jacira Helena do Valle Pereira, Tito Carlos Machado de Oliveira (Eds.), *América Platina: educação, integração e desenvolvimento territorial* (v. 1), Campo Grande, UFMS, 2008, p. 13-38.

_____. A imigração boliviana em São Paulo. In: Helion Póvoa et alli. (Orgs.), *Deslocamentos e reconstruções da experiência migrante*, Rio de Janeiro, Ed. GARAMOND, 2010.

SOUCHAUD, Sylvain; BAENINGER, Rosana. Collas e Cambas do outro lado da fronteira: aspectos da distribuição diferenciada da imigração boliviana em Corumbá, Mato Grosso do Sul. *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, Abep, 2008, p. 271-286.

Recebido em 12/01/2012.

Aceito para publicação em 22/07/2012.

Sobre os autores:

Sylvain Souchaud

Doutor em Geografia – Pesquisador do *Institut de Recherche pour le Développement* - IRD. 51 Boulevard Pierre Dramard, 13015

Marseille - França.

Email: sylvain.souchaud@ird.fr

Wilson Fusco

Doutor em Demografia – Pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ. Rua Henrique Dias, 609 - Derby, Recife - PE - Brasil.

Email: wilson.fusco@fundaj.gov.br